

## **Evento Anual do ON.2 “O Norte Marca?”**

10 de Dezembro de 2013

Presidente da CCDR-N, Emídio Gomes

---

*Senhor Presidente da Câmara Municipal de Vila Real,*

*Senhor Reitor da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro,*

*Senhor Gestor do Compete,*

*Senhor Presidente da Comunidade Intermunicipal do Douro,*

*Senhoras e Senhores Autarcas,*

*Senhores Vogais da Comissão Diretiva do ON.2,*

*Minhas Senhoras e Meus Senhores,*

Quero começar por saudar o senhor Presidente da Câmara Municipal de Vila Real, o Eng. Rui Santos, e agradecer-lhe o acolhimento que nos proporciona no Município a que preside.

Quando há quatro meses iniciei funções como Presidente da CCDR do Norte, no meu discurso de posse saudei simbolicamente no Município de Vila Real toda a Região Norte.

Não o fiz por recurso retórico. Acredito que Vila Real está no coração geográfico, histórico e humano da nossa região.

Vila Real é uma das mais importantes portas de entrada no “Reino do Maravilhoso” de que falava Miguel Torga. De entrada no Douro Vinhateiro e Trás-os-Montes. Ocupa uma localização privilegiada no eixo Porto-Bragança, na ligação a Espanha e a Viseu.

É um dos concelhos históricos da identidade do Norte e que gerou muito do seu ADN humano.

A Região Norte, a Área Metropolitana do Porto e o eixo económico mais dinâmico do litoral, que liga Braga a Aveiro, precisam do Douro e Trás-os-Montes como centralidades fortes e com dinâmicas económicas, sociais e culturais.

Não se trata apenas de defender a coesão da Região. Trata-se disso, mas também de criar dinâmicas de troca importantes para o reforço da nossa competitividade económica, científica, turística e cultural.

Nesta visão regional estratégica entra ainda a Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, cujo Reitor, o Prof. Fontainhas Fernandes, quero também saudar especialmente.

Uma UTAD forte e resiliente interessa muito ao Douro e a Trás-os-Montes, mas também interessa ao Porto e ao Minho.

A força transmite-se como a fraqueza. Uma UTAD forte traz ganhos à Região Norte, como um todo, e reforça o potencial das universidades parceiras do Minho, Porto e Aveiro. O contrário será igualmente verdade.

Enquanto responsável da CCDR-N, defenderei esta visão de um todo regional, que é plural e solidário. A nossa diversidade e complementaridade são uma força.

A economia metropolitana do Porto ganha com as complementaridades regionais: de um Minho e de um Douro mais empreendedores e inovadores, empresarialmente dinâmicos e turisticamente atrativos.

Não há competitividade sustentável sem coesão territorial como não existe coesão sem centralidades económicas e sociais.

Como responsável máximo da CCDR-N, levarei esta visão à letra.

*Minhas Senhoras e Meus Senhores,*

*Caros amigos,*

Espera-se que aqui apresente uma síntese dos resultados do atual Programa, o ON.2, e que lance um olhar sobre 2014.

Quero, em primeiro lugar, destacar que 2013 ficará como um marco no relançamento do Programa na sua relação com a Região.

A situação de impasse que persistia sobre concursos de financiamento pendentes está resolvida, assim como esclarecidos compromissos por contratualizar e as disponibilidades financeiras por alocar.

É uma boa notícia para a Região, mas é também um fator promissor para um encerramento menos complicado e mais qualificado.

Retomámos em 2013 a aprovação de investimentos, cujos concursos estavam pendentes de anos anteriores, relativos a investimentos no sistema científico e tecnológico, de eficiência energética e aos PROVERE.

Foi também prioridade da nova gestão do ON.2 estabilizar o quadro de disponibilidades financeiras e definir um plano de overbooking à luz das orientações do Governo.

Lançámos novos concursos destinados a projetos com maturidade e em áreas estratégicas do desenvolvimento regional. Anuncio os resultados preliminares desses concursos hoje e aqui.

[1º SLIDE]

Os pouco mais de 21 milhões de euros colocados a concurso resultaram numa procura quase seis vezes superior, com 207 projetos.

Este indicador não nos perturba, mas dá-nos confiança relativamente ao lançamento do próximo ciclo de financiamento comunitário, cujos novos Programas desejarão também receber projectos com elevada maturidade de execução.

No capítulo da execução, quero deixar-vos uma mensagem positiva, mas com moderação.

Estamos satisfeitos, mas não resignados, com os resultados que alcançámos até 30 de novembro.

O objetivo de acelerar a execução financeira do Programa Regional depende de um esforço coletivo (de quem gere e de quem investe) e de um contexto económico favorável, o que não tem sido sempre o caso.

Em 2013, continuámos a recuperar o histórico de atraso da execução do Programa Regional nos seus primeiros três anos. Será, portanto, um ano positivo.

[2º SLIDE]

Em novembro de 2013, o ON.2 regista uma execução FEDER acumulada de quase 1800 milhões de euros, o que representa uma taxa de execução superior a 66%.

O contributo do ano 2013 para este score é, neste momento, de 370 milhões de Euros.

Um bom exemplo desta recuperação tem sido a aposta nos centros escolares do ensino básico. Das 383 escolas beneficiadas, 332 estão concluídas e em funcionamento, ou seja, 87 por cento.

Este é um passo muito positivo, depois de alguns obstáculos que tivemos de vencer.

Não nos resignamos aos resultados que aqui apresentamos e queremos melhorar. Precisamos de melhorar, mas este é um esforço que depende de toda a região.

Conto ainda que até ao final do ano a execução anual ultrapasse a dotação programada para 2013 (de 410 milhões) e que supere os 70 por cento do orçamento.

Conto com todos neste desígnio. Os senhores autarcas têm aqui um papel especialmente relevante. As nossas universidades também, assim como as

nossas empresas. Pelo elevado empenho e compromisso da gestão, respondo pessoalmente na CCDR-N.

Poderíamos encontrar uma narrativa autojustificativa, mas não nos escondemos atrás disso.

Sofremos em 2013 a quebra de 30 milhões de euros de execução, na transição de operações para o POVT, e não beneficiamos este ano dos impactos muito positivos da reprogramação do QREN na taxa de execução, com o aumento das comparticipações.

Ainda assim, temos para dar a boa notícia de, em 2013, continuarmos a cumprir as metas comunitárias “n+3” e “n+2” a que estamos obrigados.

[3° SLIDE]

Não existem riscos de perdas de fundos no Norte.

Considerando a evolução positiva da execução, temos a forte expectativa de vir a cumprir, ainda no primeiro trimestre de 2014, a regra “n+2” relativa ao próximo ano.

*Minhas Senhoras e Meus Senhores,*

*Caros Amigos,*

A execução financeira do Programa é um importante objetivo mas não é um objetivo a qualquer custo. Queremos que essa execução se revista de qualidade nas intervenções e de sentido estratégico.

As decisões que temos tomado de reorientação estratégica das disponibilidades financeiras do ON.2 e de acompanhamento dos investimentos no terreno são fundamentais para essa finalidade.

Os fundos comunitários não cumprem um desígnio puramente assistencialista, mas de transformação da estrutura económica e social da nossa região, tendo em vista patamares de competitividade, sustentabilidade e coesão mais elevados.

O ON.2 tem também perseguido o objectivo de ajudar à coesão da região e a uma equidade de oportunidades de investimento, qualidade de vida e desenvolvimento local.

[4º SLIDE]

Precisamente, o Douro é o território da região que beneficia de maior capitação de financiamento comunitário através do ON.2, sendo seguida, imediatamente, por Trás-os-Montes.

Apesar de um menor volume de financiamentos, estes territórios encontram no Programa Regional uma solidariedade positiva, de que não dispõem de outros Programas do QREN.

Gostaria também de me referir, brevemente, às 10 principais apostas do Programa Regional.

[5º SLIDE]

Estas apostas inserem-se em preocupações do presente e, em alguns casos, do futuro da nossa economia regional.

O apoio às empresas, a consolidação do nosso sistema de ciência e inovação e a valorização dos recursos económicos da região, como o Turismo e as Indústrias Criativas, são sementes importantes e promissoras.

São também domínios que não iremos perder de vista no próximo ciclo de financiamento comunitário.

O pulmão social, o músculo empresarial e a vocação económica dos territórios irão merecer, cada vez mais, as principais atenções.

Na CCDR-N temos trabalhado intensamente neste importante objetivo e também por isto organizámos este evento e o painel de debate que se seguirá, moderado pelo jornalista Manuel Carvalho.

Temos a urgência não apenas de perceber onde queremos estar em 2020, mas também os caminhos e as opções concretas que devemos tomar para lá chegar. Que apostas seguir e que métodos mudar.

*Minhas Senhoras e Meus Senhores,*

*Caros Amigos,*

Quero terminar referindo-me ao ano de 2014 e ao próximo Programa Operacional Regional, que brevemente iremos também batizar com uma nova marca.

Em 2014, vamos intensificar o nosso programa de encerramento do ON.2.



Vigiaremos atrasos de execução, intensificaremos as visitas de proximidade e iremos combater o número de operações fisicamente concluídas mas que permanecem por encerrar no plano administrativo e financeiro.

Será um ano exigente!

Por outro lado, temos em preparação o próximo Programa Regional, que irá vigorar entre 2014 e 2020.

Como sabemos, o Governo apresentou já informalmente à Comissão Europeia uma proposta de Acordo de Parceria, que está a negociar numa base informal, aguardando a aprovação e publicação da regulamentação comunitária para os fundos.

Essa proposta resulta, em parte, do trabalho que temos vindo a fazer e, em parte, influencia-o também.

Acredito muito nos seus resultados e numa viragem a temas fundamentais do nosso destino coletivo, enquanto região e enquanto país.

As pessoas e o emprego, a competitividade das PME, a capacidade de gerarmos valor e oportunidades no território e de criarmos e atrairmos quadros humanos mais qualificados serão decisivos.

Iremos beneficiar, no próximo Programa Regional, de um aumento de fundos na ordem dos 25 por cento. Serão aproximadamente 3,3 mil milhões de euros que teremos à nossa disposição.

As apostas estarão muito centradas na competitividade e internacionalização. Muito direccionadas, portanto, para as empresas e o

Sistema Científico e Tecnológico, no contexto da Estratégia Regional de Especialização Inteligente, que iremos brevemente apresentar publicamente.

Este será, sobretudo, o tempo do software económico, social e humano.

Em matéria de infra-estruturas, a prioridade irá ser o fecho de redes que estão por ligar. Sobretudo de rodovia e em zonas de logística e de atividade empresarial.

Fazemos fé nas boas opções do Governo para as apostas na qualificação das infra-estruturas logísticas, portuárias e aeroportuárias da Região Norte, que serão financiadas através de Programas Temáticos Nacionais.

A reabilitação urbana conhecerá uma orientação mais definida no campo da eficiência energética e do fomento de uma economia verde. O apoio aos transportes coletivos e à mobilidade não poluente será privilegiado.

O capital humano ganhará, também, no futuro Programa Regional uma janela de investimentos. Antes do mais, pelo apoio à formação avançada, em doutoramentos e pós-doutoramentos.

Têm também um papel muito importante as medidas de combate ao abandono escolar.

O apoio ao emprego e a inclusão social ganharão também relevância. O empreendedorismo social entrará no nosso léxico comum.

Os municípios terão, no futuro Programa Regional, um novo desafio e um papel determinante. As comunidades intermunicipais irão assumir, também, uma função central na gestão dos chamados “Investimentos

Territoriais Integrados”, onde ganharão espaço as diferentes estratégias intermunicipais.

Voltaremos a este tema no início do próximo ano, com um evento público centrado no desenho do futuro QREN.

Este é um debate muito importante. Os fundos comunitários são hoje a principal, senão a única, alavanca para apoiar o crescimento e a competitividade do país e, por maioria de razão, da Região Norte.

O diálogo, em matérias desta relevância, não pode constituir uma opção. É antes uma obrigação e é um dever.

A situação e os desafios que enfrentamos são demasiado sérios para que o futuro QREN possa perder de vista o país e possa perder de vista a Região Norte, que é a maior região do país.

O Norte marca positivamente o país. E marcará ainda mais no futuro se o deixarem. O Norte pode e o Norte marca!

Muito obrigado.



**O NOVO NORTE**  
PROGRAMA OPERACIONAL  
REGIONAL DO NORTE



10.dezembro.2013  
Vila Real

# O Norte e o QREN: que resultados, que novos horizontes?

Emídio Gomes



# DINÂMICA DE PROCURA

## Novos Concursos 2013

Concurso	Candidaturas		Dotação Indicativa
	Nº	FEDER	
Infraestruturas científicas	20	11,7 M€	3 M€
Infraestruturas tecnológicas	20	16 M€	3 M€
Turismo - Promoção Porto e Norte de Portugal (Imaterial)	6	3 M€	0,3 M€
Turismo - Plano de Desenvolvimento Turístico do Vale do Douro (Infraestrutural)	12	4,1 M€	0,9 M€
Indústrias Criativas - Grandes Eventos	21	4,9 M€	0,6 M€
Património cultural	101	55 M€	10 M€
Rede Nacional de Bibliotecas Públicas	3	2,5 M€	1,5 M€
Gestão Ativa de Espaços Protegidos e Classificados	24	15,5 M€	2 M€
<b>Total</b>	<b>207</b>	<b>112,7M€</b>	<b>21,3M€</b>

# DINÂMICA DA EXECUÇÃO

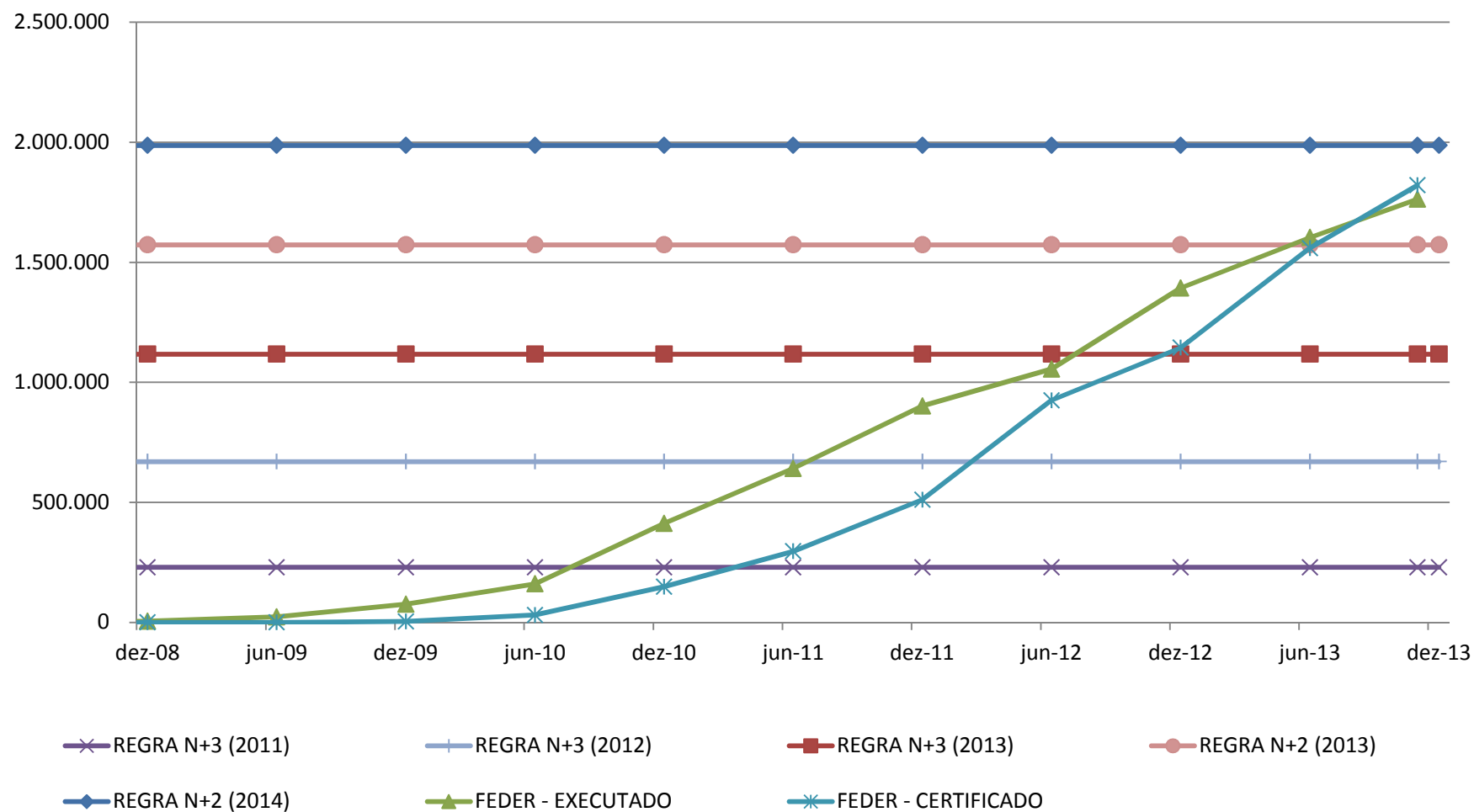
2009/2013

ANO	APROVAÇÕES (AP)		EXECUÇÃO (EX)		INDICADORES FINANCEIROS (Fundo)	
	Custo Total Elegível	FEDER	Custo Total Elegível	FEDER	Taxa de Aprovação (AP/PR)	Taxa de Execução (EX/PR)
30-Nov-13	3.555.479	2.670.126	2.300.365	1.762.483	100,32%	66,22%
2012	3.402.509	2.545.869	1.812.708	1.393.124	95,65%	52,34%
2011	3.352.116	2.413.520	1.227.908	901.365	90,68%	33,86%
2010	2.581.957	1.782.514	575.527	412.549	66,97%	15,50%
2009	1.299.732	841.595	101.909	75.756	31,62%	2,85%

UN: Mil euros

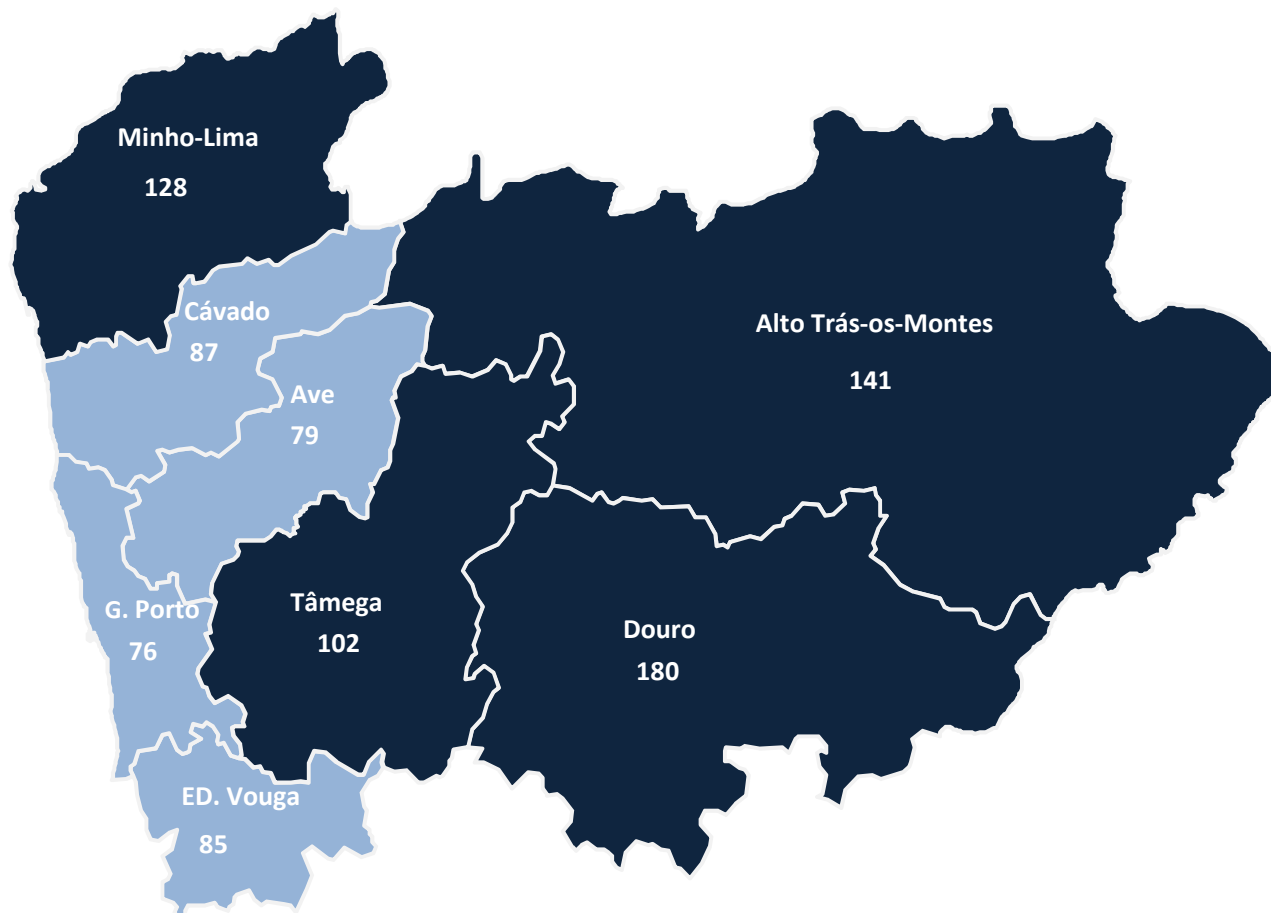
# CUMPRIMENTO DE METAS

## Regras n+3 e n+2



# DISTRIBUIÇÃO TERRITORIAL

## Capitação por NUTS 3





# GRANDES APOSTAS TEMÁTICAS

## TOP 10 de FINANCIAMENTO

Regulamento Específico	FEDER (M€)
Incentivos Empresariais à Inovação, I&DT e Qualificação	570
Rede Escolar do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar	569
Reabilitação Urbana	309
Valorização Económica de Recursos (Turismo, Indústrias Criativas, Mar, Provere...)	236
Apoio a Infraestruturas do Sistema Científico e Tecnológico, Parques de Ciência e Tecnologia e Incubadoras Tecnológicas	211
Infra-estruturas e Equipamentos de Saúde	121
Mobilidade Territorial	118
Equipamentos e serviços colectivos de proximidade (coesão local)	94
Qualificação Ambiental	78
Economia Digital e Sociedade do Conhecimento	68



**O NOVO NORTE**  
PROGRAMA OPERACIONAL  
REGIONAL DO NORTE



10.dezembro.2013  
Vila Real

# O Norte e o QREN: que resultados, que novos horizontes?

Emídio Gomes

